

Nuvens negras, tônica de todas as previsões

por Heinar Gonçalves
de São Paulo

É consenso entre os economistas brasileiros que o futuro próximo da economia é um panorama obscurecido por nuvens negras. Mesmo os mais otimistas concordam em que, com as perspectivas atuais (expectativa de um crescimento negativo do Produto Interno Bruto e de uma disparada hiperinflacionária, aliada às incertezas no plano político quanto à condução das dívidas externa e interna), é difícil visualizar uma alternativa de manejo da economia que não passe pela recessão ou pela estagflação.

Entre os quatro economistas entrevistados por este jornal — dois deles, inclusive, ex-colaboradores do governo Sarney —, a única proposta comum foi quanto à urgência de medidas para conter o déficit público, considerada por todos condição fundamental para o êxito de qualquer linha de atuação que venha a ser implementada pelo governo federal no próximo ano.

Para Luís Paulo Rosenberg, ex-assessor do presidente José Sarney no início de seu mandato, em 1985, além da dívida externa, a crise atual possui dois componentes estruturais de origem interna. "O primeiro são os gastos excessivos do governo na aquisição de suporte político, agindo com liberalidade em relação aos estados e municípios e concedendo subsídios. Enquanto houve reservas, o esquema funcionou. A partir do momento em que se começou a gerar saldos comerciais, vieram a inflação e a recessão."

MENOR AÇÃO DO ESTADO

A saída, segundo Rosenberg, passa pela redução da atuação governamental à condição de variável residual do comércio. Somente essa redução poderia sanar as distorções dos preços relativos causadas pelo Plano Cruzado — o segundo componente estrutural da crise no entender de Rosenberg. O economista defende, também, a privatização das empresas estatais como forma de gerar recursos e incentivar os investimentos.

Carlos Alberto Longo, professor-adjunto da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), acha a privatização das empresas estatais deficitárias uma boa medida, mas realizável apenas a longo prazo, pela necessidade que têm essas empresas de um saneamento prévio. Longo considera que, com a possibilidade de uma inflação de 20% em janeiro, o governo terá de tomar medidas macroeconômicas radicais "para evitar o caos".

Como exemplo, ele cita a adoção de um choque tarifário, com elevação de 10 a 50% nas tarifas públicas, para colocá-las em termos reais de mercado. Um amplo programa de austeridade fiscal e monetária, somado a um controle dos gastos públicos através do congelamento de salários e cortes de pessoal, bastaria para projetar uma inflação anual "razoável" de 250%.

Com a inflação estabele-

zada em torno de 10%, mensais, as taxas de crescimento não seriam negativas. A estabilização seria revertida em um achatamento dos salários, o que, de acordo com Longo, funcionaria como contenção do consumo.

Já Luiz Gonzaga Beluzzo, professor da Unicamp e um dos principais assessores do ex-ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, discorda quanto aos efeitos benéficos de um choque tarifário. Para ele, tal choque, em uma economia indexada, teria consequências catastróficas. "Um choque tarifário nas atuais condições estruturais seria pedir a hiperinflação", diz Beluzzo. Ele afirma ainda que, com o total descrédito alcançado pelo choque heterodoxo, não vê muitas alternativas à hiperinflação, "que, pelo menos, explicita o desequilíbrio que estamos vivendo".

RUMO A UM NOVO ESTÁGIO

Roberto Macedo, diretor da FEA-USP e presidente da Ordem dos Economistas do Estado de São Paulo, foi quem se mostrou mais otimista. Ele acredita que o Brasil caminha — a longo prazo — rumo a um estágio moderno de economia (chegou a citar a Itália como exemplo), apesar de viver atualmente um impasse "devido à sua classe política retrógrada, que insiste em atitudes xenófobas e estatizantes quando a realidade econômica aponta para o outro lado".

Macedo afirma que o País precisa aumentar sua poupança interna e propõe a abertura do mercado às importações como forma de baixar a inflação. Ele dirige um alerta aos empresários preocupados com as perspectivas sombrias delineadas para 1988. "Cuidado com a sinistrose dos economistas", diz Macedo, ressaltando que "a crise é uma média sobre a situação do País como um todo. Vários setores sofrerão pouco e podem até crescer durante ela. É necessário observar atentamente as características do ramo e da região de atuação, ou poderão ser cometidos erros de avaliação".